



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

PARECER FAVORÁVEL Nº 1028/2021

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 4997/2021

RELATOR: DOMINGOS PROTETOR

Ementa: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONVERTER AS MULTAS APLICADAS POR INFRAÇÃO AOS DECRETOS MUNICIPAIS EDITADOS ESPECIFICAMENTE PARA A SITUAÇÃO DA COVID 19 EM DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A SECRETARIA DE TRABALHO ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA SETRAC

I - RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei nº 4997/2021 apresentada pelo nobre vereador Eduardo do Blog, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para converter as multas aplicadas por infração aos Decretos Municipais editados especificamente para a situação da COVID 19, em doação de cestas básicas à Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania – SETRAC.

A Comissão de Justiça e Redação exarou parecer favorável à tramitação do presente Projeto de Lei, e agora o processo está sendo submetido à apreciação da Comissão de Educação, Assistência social e Direitos Humanos, tendo sido definido como Relator o Vereador Domingos Protetor.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

O presente projeto de lei tem como objeto autorizar ao Poder Executivo converter as multas aplicadas por infração aos Decretos Municipais editados especificamente para a situação da COVID 19, em doação de cestas básicas à Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania – SETRAC.

O Autor do Projeto de Lei justifica que:

“ ...

O atual momento em que nosso país está passando, em especial nosso município, fez com que fossem editados Decretos Municipais para a

situação pandêmica que vivemos com o vírus da COVID-19 ("novo coronavírus").

Infelizmente vem ocorrendo diversas infrações aos Decretos Municipais em Petrópolis, por tal motivo este Projeto de Lei tem em seu

converter tais multas por DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A SECRETARIA DE TRABALHO ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SETRAC, sendo uma forma de poder ajudar diretamente à Secretaria em seu trabalho diário.

...”

Inicialmente é de se consignar que no texto constitucional está prevista a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, I e II), *in verbis*.

“Art. 30.
Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (...)”

Portanto, o objeto da proposição em análise encontra-se no âmbito da competência do Município de Petrópolis.

Como bem ressaltado na justificativa do Projeto de Lei, o cerne do mesmo é “...converter tais multas por DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A SECRETARIA DE TRABALHO ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SETRAC, sendo uma forma de poder ajudar diretamente à Secretaria em seu trabalho diário.”

É público e notório que hoje no Brasil são milhões de excluídos sem acesso ao alimento em quantidade e/ou qualidade para que se mantenham, primeiramente, vivos e, quando assegurada a sobrevivência, com saúde e capacidade adequada ao desenvolvimento humano.

Tal situação não é diferente no Município de Petrópolis, no qual o trabalho da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania é árduo, e visa, ainda mais neste momento de calamidade de saúde pública, dar dignidade aos munícipes que vivem em situação de vulnerabilidade econômica e alimentar.

A conversão das multas aplicadas em razão do descumprimento dos Decretos Municipais editados a fim de garantir medidas eficientes de contenção da disseminação do coronavírus, fatalmente contribuirá de forma fundamental à consecução dos trabalhos da Secretaria, que inclusive poderá ser ampliado, atendendo desta forma inúmeras famílias, que hoje, por certo, estão ainda mais impactadas de forma negativa pela Pandemia do COVID-19.

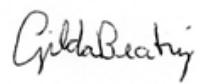
Em suma, encontrando-se o objeto da proposição em análise no âmbito da competência do Município de Petrópolis, revela-se a mesma possível e, diante da sua importância e dos benefícios que dela poderão advir aos munícipes, opina-se favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei.

III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação do Projeto de Lei nº 4997/2021.

Sala das Comissões em 02 de Setembro de 2021


YURI MOURA
Presidente



GILDA BEATRIZ
Vice - Presidente



DOMINGOS PROTETOR
Vogal